

CONCEPÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA¹

Maria Luiza Salzani Fiorini (Unesp – Marília) mazinhasf@yahoo.com.br

Eduardo José Manzini (Unesp – Marília) ejmanzini@uol.com.br

RESUMO:

Objetivou-se analisar como os professores de Educação Física do Ensino Fundamental - ciclo II e Ensino Médio da região de Marília-SP, que tinham alunos com deficiência, concebem a inclusão. Participaram 65 professores os quais responderam a um questionário. Os resultados indicaram o predomínio das seguintes concepções: a aula de Educação Física é inclusiva quando o aluno com deficiência é tratado como igual aos demais e participa das mesmas atividades; a Educação Física não tem mais facilidade que as outras disciplinas; o aluno com deficiência visual é o mais difícil de incluir; os cursos e a experiência diária tornam o professor capacitado; a aula teórica não é a única forma de participação; as estratégias de ensino e os materiais não devem ser os mesmos para alunos com e sem deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Física. Concepções de professores.

THE PHYSICAL EDUCATION TEACHER'S CONCEPTION ON SCHOLAR INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

ABSTRACT:

The objective of this research was to analyze how the Physical Education teachers that belong to the State Elementary Schools (5th grade/6th grade to 8th grade/9th grade) and High Schools from Marília upstate Sao Paulo, who have students with disabilities regularly enrolled, conceive to inclusion. A questionnaire was administered to 65 physical education teachers who had students with disabilities in their classes. The results indicated the predominance of the following concepts: a Physical Education class is inclusive when students with disabilities are treated as equal to others and participates in the same activities; Physical Education has no more easily than the other disciplines; the student with visual impairment is the most difficult to include; the courses and the daily experience make the trained teacher; the theoretical classes is not the only form of participation; teaching strategies and materials should not be the same for students with and without disabilities.

Key-words: Special Education. Physical Education. Inclusion. Teachers' conceptions.

DOI: 10.28998/2175-6600.2016v8n15p81

¹ Apoio: Processo FAPESP 2009/04469-8

1 INTRODUÇÃO

A presença de alunos com deficiência, especificamente em aulas de Educação Física, vem se tornando um fenômeno habitual, a partir de leis e decretos sobre a inclusão escolar, o que tem demandado qualificação na formação dos professores. Sobre isso, por um lado, os professores alegam ausência de conhecimento, medo e insegurança para atuar com alunos com deficiência (ALMEIDA, 2008; FIORINI, 2011; FLORENCE, 2002; GORGATTI; DE ROSE JÚNIOR, 2009; LAMASTER et al., 1998; OLIVEIRA, 2009). Por outro lado, a não identificação com o tema também pode ocorrer devido à experiência docente em trabalhar apenas com pessoas que desempenham as atividades dentro dos padrões motores e sociais esperados, ocasionando a inexperiência em atuar com alunos com deficiência. Existe ainda, a não identificação com a inclusão, devido ao tipo de deficiência apresentada pelo aluno, sendo que há, por parte dos professores, o entendimento de que existem graus diferentes de dificuldades dependendo da deficiência (ARTIOLI, 1999), definindo as deficiências como “mais fáceis” e “mais difíceis” (FIORINI, 2011; MORLEY et al., 2005; NEVES, 2006).

Outro fator preponderante no que se refere à inclusão escolar em aulas de Educação Física é o duplo sentido ou a contradição que a própria área pode assumir: contribuir ou ser um empecilho para que a escola se torne mais inclusiva (RODRIGUES, 2006). Por um lado, a literatura apontou como pontos positivos: 1) a flexibilidade dos conteúdos; 2) as atitudes positivas dos professores ao permitirem a participação de alunos que evidenciam dificuldades; 3) ser uma área importante de adaptação e inclusão ao permitir ampla participação, mesmo de pessoas com dificuldade; 4) a Educação Física encontra-se em vantagem em relação às outras disciplinas porque numa concepção adaptada, procura compreender as deficiências e a maneira de adequar as atividades aos alunos (CIDADE; FREITAS, 2002; CRUZ, 2008; FIORINI, 2011; RODRIGUES, 2006). Por outro lado, destacou-se como negativo: 1) o contexto e conteúdo da Educação Física que a caracterizam como mais difícil de incluir do que as outras disciplinas; 2) as muitas aparências como, o professor ser visto como mais favorável à inclusão e a área

que permite participação mesmo de alunos que evidenciem dificuldades (CRUZ, 2008; MORLEY et al., 2005).

Apesar de todos os argumentos apresentados, dependendo do modo como o professor de Educação Física concebe a disciplina, é possível que haja situações de exclusão do aluno com deficiência. Existe uma relação interativa entre concepção e prática: as concepções influenciam as práticas, no sentido em que apontam caminhos e fundamentam decisões; a prática origina novas concepções que são compatíveis a tal ação, e que podem servir para enquadrá-las conceitualmente (PONTE, 1992).

A literatura da área tem descrito a opinião dos professores de Educação Física sobre a inclusão escolar (ALMEIDA, 2008; FLORENCE, 2002; GORGATTI; DE ROSE JÚNIOR, 2009; LAMASTER et al., 1998; MORAES, 2004; MORLEY et al., 2005; NEVES, 2006; OLIVEIRA, 2009; SANCHES JÚNIOR, 2009; BOATO, 2009). De modo geral, foi possível identificar seis elementos comuns às pesquisas:

- 1) A percepção geral dos professores de Educação Física: a inclusão pode ser alcançada se houver disponibilidade de elementos de apoio (MORLEY et al., 2005); percepção negativa em relação à inclusão (GORGATTI; DE ROSE JÚNIOR, 2009); a presença do aluno com deficiência na escola não caracteriza a inclusão, é preciso suporte e recurso (SANCHES JÚNIOR, 2009);
- 2) A opinião dos professores de Educação Física sobre a formação inicial: sentimentos de insegurança (ALMEIDA, 2008; FLORENCE, 2002); desconfiança e desconhecimento (MORLEY et al., 2005); falta de conhecimento específico, incertezas e aflições (LAMASTER et al., 1998; NEVES, 2006; OLIVEIRA, 2009);
- 3) A opinião dos professores de Educação Física sobre a finalidade da inclusão: integração e socialização (MORAES, 2004);
- 4) A opinião dos professores de Educação Física sobre o aluno com deficiência: o aluno pode gerar prejuízos aos alunos sem deficiência (MORLEY et al., 2005); não houve consenso sobre qual deficiência era a mais fácil ou mais difícil (NEVES, 2006); o aluno com deficiência pode

se sentir inferior aos demais (SOUZA; BOATO, 2009); a atenção dispensada ao aluno com deficiência prejudica a aula e os demais alunos (SOUZA; BOATO, 2009);

- 5) A competência percebida: os professores não se sentiam preparados para a inclusão (NEVES, 2006), os professores achavam suas aulas apropriadas para o aluno com deficiência (SOUZA; BOATO, 2009);
- 6) A opinião dos professores de Educação Física sobre a matrícula do aluno com deficiência no Sistema Regular de Ensino: o aluno com deficiência precisa ter aula com professor especialista (LAMASTER et al., 1998); os alunos com deficiência seriam melhores atendidos em turmas especiais (SOUZA; BOATO, 2009).

Embora as pesquisas apresentem os relatos sobre o que os professores acham da inclusão, é preciso ir além da opinião e revelar o que de mais profundo os professores expressam sobre o assunto, afinal, qual é o entendimento que o professor de Educação Física tem sobre a própria prática quando há um aluno com deficiência em aula? Trata-se de abordar a concepção dos professores.

Cabe aqui definir o termo concepção, que é bastante diferenciado pelos autores. Para Ponte (1992), a concepção é essencialmente cognitiva e atua com a função de filtro, estruturando o sentido que as pessoas atribuem às coisas. A concepção é a soma de ideias, o pensamento, a crença sobre algo, é a descrição em que alguém entende alguma coisa (ARDICTIONARY, 2010). O conceito sobre algo ou alguém é resultado da somatória das experiências de vida, das informações, da cultura e da linguagem peculiar ao ambiente de convívio social (MONTEIRO; MANZINI, 2008). Desta forma, as concepções são formadas de modo individual, oriundas de experiências vivenciadas, e também, de modo social, como resultado do confronto das elaborações de uma pessoa com as elaborações de outras pessoas (PONTE, 1992).

Assim, o problema de pesquisa do presente estudo caminha em direção a essa questão, ou seja, como os professores de Educação Física da Rede Estadual do Ensino Fundamental - ciclo II e Ensino Médio da região de Marília - SP, que têm alunos com deficiência regularmente matriculados, concebem sua

prática escolar em relação à inclusão?

2 OBJETIVO

Analisar, como os professores de Educação Física da Rede Estadual do Ensino Fundamental - ciclo II e Ensino Médio da região de Marília - SP, que tinham alunos com deficiência regularmente matriculados, concebem a inclusão escolar.

3 MÉTODO

3.1 Participantes do estudo

Os participantes foram 65 professores de Educação Física da Rede Estadual de Ensino e que trabalhavam no Ensino Fundamental – ciclo II (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, na região de Marília – SP.

O critério de inclusão foi que poderiam participar da pesquisa os professores de Educação Física que ministrassem aulas na Rede Estadual do Ensino Fundamental – ciclo II (5ª série/6º ano a 8ª série/9º ano) e Ensino Médio, e que ministrassem aulas para um ou mais alunos com deficiência, independentemente do tipo de deficiência.

Por meio de um mapeamento realizado na cidade de Marília – SP, chegou-se ao número de 21 professores de Educação Física que atendiam ao critério de inclusão e aceitaram participar. Em função do número de participantes, optou-se por ampliar o território, sendo que os professores das cidades de Assis - SP, Bauru - SP e Presidente Prudente - SP também participaram da pesquisa, atingindo o número total 65 professores participantes.

Em síntese, sabe-se que, dos 65 participantes, em relação à/ao:

- a) Gênero: 43 eram do gênero feminino e 22 do masculino;

- b) Faixa etária: 15 professores tinham entre 20 e 30 anos; 14 entre 31 e 40 anos; 28 professores tinham entre 41 e 50 anos; sete tinham entre 41 e 60 anos, e um professor tinha mais de 61 anos;
- c) Ano de conclusão da graduação em Educação Física: um concluiu a graduação entre 1970 e 1980; 30 professores concluíram entre 1981 e 1990; 15 concluíram a graduação entre 1991 e 2000, e 19 professores concluíram a graduação entre 2001 e 2009;
- d) Tempo de atuação como professor do Ensino Regular: quatro professores não informaram; 18 professores trabalhavam de um a cinco anos; 10 professores de seis a 10 anos; oito professores trabalhavam de 11 a 15 anos; oito professores de 16 a 20 anos; 10 professores de 21 a 25 anos, e sete professores trabalham há mais de 26 anos;
- e) Tempo de experiência com alunos com deficiência no Ensino Regular: 21 professores não informaram; 33 professores tinham a experiência entre um e cinco anos; quatro professores entre seis e 10 anos; três professores de 11 a 15 anos de experiência; um professor tinha essa experiência de 16 a 20 anos; dois professores tinham a experiência de 21 a 25 anos, e um professor com mais de 26 anos de experiência;
- f) Pós-graduação: nove professores deixaram a alternativa em branco, 20 possuíam e 36 não possuíam Pós-graduação. Quanto aos professores que indicaram possuir uma Pós-graduação, foram mencionados nove cursos Lato-sensu: 1) Avaliação de ensino e de aprendizagem; 2) Educação Especial; 3) Educação Física Escolar; 4) Fisiologia do esforço; 5) Ginástica; 6) Métodos e práticas para o ensino do deficiente; 7) Psicopedagogia; 8) Psicomotricidade, e 9) Treinamento físico e desportivo, e um curso Stricto-sensu: 1) Mestrado em Educação;
- g) Categoria de deficiência: quatro professores ministravam aulas para alunos com deficiência auditiva (DA); 12 professores ministravam aulas para alunos com deficiência física (DF); seis professores tinham alunos com deficiência intelectual (DI); um professor tinha alunos com deficiência visual (DV); dois professores tinham alunos com DA e DF; três professores tinham alunos com DA e DI; três professores ministravam aulas para alunos com DA e DV; 13 professores tinham

alunos com DF e DI; três eram professores de alunos com DF e DV; um era professor de alunos com DI e DV; cinco professores ministravam aulas para alunos com DA, DF e DI; dois professores ministravam aulas para alunos com DA, DF e DV; um professor tinha alunos com DA, DI e DV, e dois professores tinham alunos com DF, DI e DV.

3.2 Procedimento para coleta de dados

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário. Utilizou-se o instrumento elaborado por Fiorini e Manzini (2014), sendo um questionário específico para aferir as concepções de professores de Educação Física sobre a inclusão de alunos com deficiência. O questionário é composto por 21 enunciados, os quais remetem a concepções sobre a inclusão, divididos em seis domínios: 1) inclusão; 2) formação; 3) aulas práticas; 4) aulas teóricas; 5) estratégias de ensino e Recursos pedagógicos e 6) Proposta Curricular do Estado de São Paulo.

A aplicação do questionário variou de acordo com as cidades. Em Marília houve aplicação individual, com visitas às escolas e, também, aplicação em grupo. Nas cidades de Bauru e Presidente Prudente a aplicação foi em grupo. Para a cidade de Assis, os questionários foram enviados e devolvidos por e-mail.

3.3 Procedimento para análise de dados

Realizou-se uma análise estatística descritiva. As respostas dos questionários foram tabuladas em uma planilha do Microsoft Excel. Em síntese, para cada enunciado do questionário, a alternativa que o professor assinalou era preenchida, respectivamente, na planilha, com o número "1". Ao final do preenchimento aplicou-se a fórmula da Soma (Σ) para chegar ao número total de pessoas que optaram pela mesma alternativa.

Os valores brutos foram organizados em tabelas. Ao todo foram elaboradas sete tabelas, e nelas há os enunciados pertencentes a cada

domínio e a soma das respostas dos professores distribuídas entre as alternativas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados e discutidos a partir dos seis domínios contemplados no questionário aplicado aos professores, sendo eles: 1) inclusão; 2) formação; 3) aulas Práticas; 4) aulas teóricas; 5) estratégias de ensino e recursos pedagógicos, e 6) proposta curricular do estado de São Paulo.

É importante frisar que, no questionário, os enunciados dos domínios aulas práticas, aulas teóricas e estratégias de ensino e recursos pedagógicos possuíam seis alternativas de respostas podendo, cada professor, optar por mais de uma. Por isso, quando somados, alguns resultados podem ultrapassar o número de 65 professores.

4.1 Inclusão

O domínio Inclusão será discutido a partir dos dados expostos nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Concepção sobre uma aula de Educação Física inclusiva e a concepção sobre a Educação Física diante da inclusão do aluno com deficiência.

Enunciados	Concordo	Discordo	Em branco
A aula de Educação Física é inclusiva quando o aluno com deficiência é tratado como igual aos demais alunos	50	15	0
A aula de Educação Física é inclusiva quando o aluno com deficiência participa das mesmas atividades que os alunos sem deficiência	47	18	0
Dentre todas as disciplinas do currículo escolar, a Educação Física é a que têm mais facilidade em trabalhar com alunos com deficiência	23	41	1

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados da Tabela 1 permitem identificar que a concepção da maioria dos professores de Educação Física (76,92%), sobre a inclusão, é que a aula

de Educação Física é inclusiva quando o aluno com deficiência é tratado como igual aos demais alunos e, além disso, para 72,30% a aula de Educação Física é inclusiva quando o aluno com deficiência participa das mesmas atividades que os alunos sem deficiência.

Há um vínculo estreito entre essas duas concepções, isto porque, ambas abordam a questão do que caracteriza a aula de Educação Física como inclusiva. A partir dos dados da Tabela 1, a maioria dos professores participantes concordou com as duas concepções, o que ocasionou no surgimento de uma nova concepção: a aula de Educação Física é inclusiva quando o aluno com deficiência é tratado como igual aos demais, e também participa das mesmas atividades que os alunos sem deficiência.

Com relação a esse assunto, Vargas (2010) destacou que as pessoas são, pensam, agem e sentem de modo diferente, assim, não há como igualar as pessoas, suas características, necessidades e potencialidades, pois, o que “serve” para alguns, pode não ser útil para todos.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 1, tem-se outra concepção evidenciada pelos professores (63,07%), a de que a Educação Física não é a disciplina que trabalha com mais facilidade diante da inclusão do aluno com deficiência. Sobre essa questão, Rodrigues (2006) apontou justamente o duplo sentido ou a contradição que a Educação Física pode assumir: contribuir ou ser um empecilho para que a escola se torne mais inclusiva.

A Tabela 2 refere-se, também, ao domínio Inclusão.

Tabela 2 – Concepção sobre o aluno com deficiência mais difícil de incluir nas aulas de Educação Física.

Enunciado	DA	DF	DI	DV	DS (indisciplina)	Em branco
Dentre os alunos com deficiência, o aluno mais difícil de incluir nas aulas de Educação Física é:	0	10	14	24	12	5

Legenda: DA: deficiência auditiva; DF: deficiência física; DI: deficiência intelectual; DV: deficiência visual; DS: deficiência social/indisciplina.

Fonte: elaborada pelos autores.

De acordo com os dados, para a maioria dos professores de Educação Física, o aluno com deficiência visual é o mais difícil de incluir nas aulas de Educação Física; em segundo lugar, o aluno com deficiência intelectual; em

terceiro lugar, o aluno com deficiência social (indisciplina); em quarto lugar, o aluno com deficiência física, e por último o aluno com deficiência auditiva.

Tais dados chamam a atenção por dois motivos. Primeiramente, pelo fato de a maioria dos professores ter concebido o aluno com deficiência visual como o mais difícil de incluir nas aulas de Educação Física, uma vez que a literatura tem uma leve tendência a apresentar os alunos com deficiência física como os mais difíceis de incluir, como é o caso do estudo realizado por Florence (2002) e Neves (2006). Em segundo lugar, pelo fato de 12 professores terem concebido o aluno com deficiência social (indisciplina) como o mais difícil de incluir. Cabe aqui a explicação de que, a indisciplina não é caracterizada como uma deficiência, pois que de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.9):

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade é um impedimento de longo ou médio prazo.

Nesse sentido, os resultados apresentados na Tabela 2 demonstram que, para 12 professores, a indisciplina não somente é uma deficiência, mas é a mais difícil de trabalhar. Corroboram essa concepção os resultados já evidenciados por Fiorini e Manzini (2014), os quais destacaram os relatos de professores de Educação Física que o aluno com “deficiência social/indisciplina” era o mais difícil de incluir.

4.2 Formação

O domínio Formação será discutido a partir dos três enunciados que o compõem, conforme disposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Concepção sobre a formação para atuar diante da inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física.

Enunciados	Concordo	Discordo	Em branco
O professor de Educação Física com formação acadêmica que contemplou a disciplina Educação Física Adaptada está capacitado para ministrar aulas para o aluno com deficiência	27	35	3
O professor de Educação Física que participa de cursos ou capacitações profissionais nas áreas de Educação Física Adaptada e Inclusão Escolar está capacitado para ministrar aulas para o aluno com deficiência	51	12	2
A experiência diária é o que possibilita ao professor de Educação Física encontrar a prática mais adequada para o aluno com deficiência	53	10	2

Fonte: elaborada pelos autores.

Os resultados indicaram três concepções sobre a formação para incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

Diante das respostas dos 65 professores de Educação Física, a maioria dos professores (53,84%) concebeu que, quem teve em sua formação acadêmica a disciplina Educação Física Adaptada é um professor que está capacitado para a inclusão do aluno com deficiência. Em complemento, a maioria dos professores concebeu que, o profissional que frequenta cursos ou capacitações nas áreas afins da inclusão é um profissional capacitado para ministrar aulas para uma turma na qual há um aluno com deficiência. Outra concepção identificada foi que, para a maioria dos professores, a experiência diária é o que possibilita ao professor de Educação Física encontrar a prática mais adequada para o aluno com deficiência.

Nota-se que as concepções sobre a formação perpassaram a própria formação inicial, a formação continuada e as experiências como professor.

As questões que envolvem a formação inicial são recorrentes em pesquisas que se atêm a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física. Em suma, as pesquisas descrevem os relatos dos professores, os quais alegam insegurança, medo e o fato de não terem sido devidamente preparados, na Graduação, para trabalhar com alunos com deficiência (LAMASTER et al., 1998; NEVES, 2006). A disciplina Educação Física Adaptada passou a ser obrigatória nos currículos universitários a partir de 1987 por meio da Resolução 3/87(CIDADE; FREITAS, 2002; DUARTE;

LIMA, 2003). Não se pode afirmar que a partir de 1987 todas as graduações em Educação Física passaram a oferecer a referente disciplina, mas de acordo com as informações sobre o ano de conclusão da graduação de cada um dos 65 professores participantes da pesquisa, é possível inferir que, aproximadamente metade deles não cursou a disciplina Educação Física Adaptada.

Todavia, apesar de 53,84% dos professores terem a concepção de que a formação inicial habilita o professor para a inclusão escolar, os resultados mais evidentes no domínio Formação foram relativos às concepções dos professores sobre a realização de cursos e experiências vivenciadas, uma vez que, para 78,46% dos professores, quem frequenta cursos ou capacitações nas áreas afins da inclusão é um profissional capacitado para ministrar aulas para uma turma na qual há um aluno com deficiência, e para 81,53% dos professores, a experiência diária é um fator influenciador no encontro de uma prática adequada ao aluno com deficiência que participa das aulas de Educação Física.

4.3 Aulas Práticas

O domínio Aulas Práticas foi investigado por meio de sete enunciados, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Concepção sobre a participação do aluno com deficiência nas aulas práticas.

Enunciados	Concordo					Discordo	Em branco
	Todas	DA	DF	DI	DV		
A participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, ocorre tanto em atividades coletivas como em atividades de execução individual	32	12	8	2	2	13	2
A participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, varia de acordo com o gênero: os meninos tendem a ser mais participativos do que as meninas	19	0	2	1	1	42	1
A participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, acontece apenas em uma alternativa dentro do mesmo conteúdo, como fazer súmula do jogo, auxiliar o professor ou por meio de jogos de tabuleiro	4	0	2	1	0	56	2
A participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, ocorre sempre com o auxílio de um colega da sala que o acompanha durante as atividades	18	1	3	1	15	30	1
A participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, ocorre apenas na presença de um grupo de colegas com o qual ele se identifica	17	0	1	2	2	45	0
A participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, é restringida pelo seu medo de executar corretamente as atividades	23	0	4	3	4	36	0
Nas aulas práticas, o aluno com deficiência se isola, ele se auto exclui da participação	13	0	4	4	1	43	1

Legenda: DA: deficiência auditiva; DF: deficiência física; DI: deficiência intelectual; DV: deficiência visual.

Fonte: elaborada pelos autores.

O entendimento que os professores de Educação Física tinham a respeito das aulas práticas revelou-se por meio de sete diferentes concepções.

Nesse sentido, a primeira concepção identificada foi que, para a maioria dos professores, a participação do aluno com deficiência, independentemente da categoria de deficiência, ocorre tanto nas atividades coletivas quanto nas atividades de execução individual. Essa concepção remete ao tipo de atividade da qual o aluno com deficiência pode participar e, curiosamente, os resultados

se opõem ao que outros estudos descreveram, isso porque, Morley et al. (2005) identificaram, nos relatos de professores de Educação Física, que as atividades individuais eram menos susceptíveis de apresentar obstáculos à inclusão, sendo mais indicadas do que as atividades coletivas, caracterizadas como competitivas. Fiorini (2011) identificou, a partir do relato de professores de Educação Física, o indicativo de atividades não coletivas e, também, de atividades diferenciadas para alunos com e sem deficiência.

A segunda concepção cotizou a questão do gênero e, para a maioria dos professores de Educação Física, a participação do aluno com deficiência não varia de acordo com o gênero, ou seja, os meninos não são mais participativos do que as meninas.

A terceira concepção identificada foi que, para a maioria dos professores, a participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, não acontece apenas em atividades alternativas, como fazer súmula de jogo ou por meio de jogos de tabuleiro. É interessante destacar que sobre essa mesma questão, Fiorini (2011) identificou uma concepção diferente, haja vista que os professores relataram que a participação do aluno com deficiência visual acontecia apenas em uma atividade mais adequada a ele, uma “atividade alternativa” dentro do mesmo conteúdo como, por exemplo, fazer súmula do jogo.

A quarta concepção identificada foi que a participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, ocorre sempre com o auxílio de um colega de sala. Com relação a essa concepção foram 38 concordâncias e 30 discordâncias e, desse modo, não houve uma concepção predominante. É importante mencionar que dentre os quatro tipos de deficiência (auditiva, física, intelectual e visual), a deficiência visual foi a mais assinalada pelos professores, ou seja, para eles o aluno com deficiência visual é o que mais necessita de auxílio de um colega de sala, durante a realização das atividades em aula. Independentemente do tipo da deficiência, pesquisas da área têm identificado os efeitos positivos da estratégia colega tutor – aluno sem deficiência que apoia o aluno com deficiência – na inclusão em aulas de Educação Física (FIORINI; NABEIRO; MANZINI, 2013; NABEIRO, 2010; SOUZA, 2008).

Na sequência, a quinta concepção identificada se contrapõe à quarta, na medida em que, para a maioria dos professores, a participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, não ocorre apenas na presença de um grupo de colegas com o qual o aluno com deficiência se identifica.

A sexta concepção, expressa pela maioria das respostas, foi que a participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, é restringida pelo medo de executar corretamente as atividades. Cabe aqui destacar que houve uma proximidade entre concordâncias e discordâncias e, desse modo, os resultados indicaram que não houve uma diferenciação, por parte dos professores, com relação a essa concepção. A concepção em questão tem como sujeito psicológico o aluno com deficiência, isso é, atribui ao próprio aluno a não participação em aula. O medo de realizar corretamente as atividades é algo comum a todos os alunos da turma, uma vez que, não são todos os alunos que se identificam com a disciplina e com os conteúdos da aula de Educação Física, independente de ser aluno com ou sem deficiência.

Como sétima e última concepção em relação às aulas práticas, os resultados indicaram que, para a maioria dos professores, nas aulas práticas, o aluno com deficiência não se isola e não se auto exclui da participação. Nota-se, novamente, uma concepção positiva dos professores de Educação Física, em relação aos próprios alunos, uma vez que alguns estudos identificaram opiniões divergentes em relação ao aluno com deficiência, por exemplo, desinteresse do aluno com deficiência em participar das aulas (CRUZ, 2008; ROSA, 2009; FALKENBACH; LOPES, 2010; BRITO; LIMA, 2012).

4.4 Aulas Teóricas

As concepções sobre o domínio Aulas Teóricas foram aferidas a partir de três enunciados, todos expostos na Tabela 5.

Tabela 5 - Concepção sobre a participação do aluno com deficiência nas aulas teóricas.

Enunciados	Concordo					Discordo	Em branco
	Todas	DA	DF	DI	DV		
A participação do aluno com deficiência, nas aulas teóricas, ocorre sempre com o auxílio de um colega de sala que o acompanha durante as atividades	19	3	1	6	11	29	2
A participação do aluno com deficiência, nas aulas teóricas, é deficitária, isso porque ele tem dificuldade em acompanhar o ritmo da aula	15	5	0	13	5	31	1
Nas aulas de Educação Física o aluno com deficiência participa apenas das aulas teóricas, sendo essa a única forma de participação em aula	0	0	0	0	0	64	1

Legenda: DA: deficiência auditiva; DF: deficiência física; DI: deficiência intelectual; DV: deficiência visual.

Fonte: elaborada pelos autores.

Em função da implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, em 2008, as aulas de Educação Física da Rede Estadual no Ensino Fundamental – ciclo II e Ensino Médio passaram a acontecer, também, de modo teórico. Por isso a relevância em identificar a concepção dos professores sobre as aulas teóricas quando há um aluno com deficiência na turma. Com base nos enunciados, três concepções foram identificadas.

Primeiramente, a maioria dos professores apresentou a concepção de que a participação do aluno com deficiência, nas aulas teóricas, ocorre sempre

com o auxílio de um colega que o acompanha durante as atividades. É oportuno frisar que essa concepção é semelhante a uma das concepções discutidas no domínio Aulas Práticas. Tanto sobre as aulas práticas quanto sobre as aulas teóricas prevaleceu a mesma concepção: a participação do aluno com deficiência ocorre sempre na presença de um colega que o auxilia durante as atividades.

Em ambos os domínios, a deficiência visual foi a mais assinalada pelos professores no que se refere à concepção em questão, indicando que a participação do aluno com deficiência visual, nas aulas práticas e teóricas, ocorre sempre com o auxílio de um colega de sala que o acompanha durante a realização das atividades. Esses resultados não evidenciaram apenas uma concepção, mas a preocupação desses professores em relação à inclusão do aluno com deficiência visual.

Em segundo lugar, identificou-se a concepção de que a participação do aluno com deficiência, nas aulas teóricas, é deficitária, isso porque ele tem dificuldade em acompanhar o ritmo da sala. Com base nos resultados expostos na Tabela 5, foram ao todo 38 “concordo” e 31 “discordo”. Assim como ocorreu em outras concepções, não houve uma diferenciação entre concordância e discordância. Dentre as concordâncias, os maiores índices foram para “todas as deficiências” e para “deficiência intelectual”. Não é curioso que por se tratar de aulas teóricas, os professores concebiam que a participação do aluno com deficiência intelectual seja a mais deficitária, justamente pela demanda de habilidades de leitura, escrita, argumentação, expressão oral, interpretação e compreensão de texto. Porém, apesar dessa concepção não foi concebido como o mais difícil de incluir. Tal fato pode ser justificado exatamente pela questão de haver aulas teóricas na Educação Física, que passou a ser uma prática constante apenas quando a Proposta Curricular do Estado de São Paulo iniciou-se, sendo que a base fundamental desta proposta é a competência vinculada à leitura e à escrita (REVISTA PLANEJAMENTO, 2009).

A terceira concepção identificada no domínio Aulas Teóricas foi a de que, nas aulas de Educação Física, o aluno com deficiência participa apenas das aulas teóricas, sendo essa a única forma de participação em aula. Esta foi a concepção mais definida, marcante e característica do grupo de professores de

Educação Física, uma vez que, para 64 dos 65 professores, prevaleceu a concepção afirmativa. Tais números refletem positivamente, pois, se os professores conceberam que a aula teórica não é a única forma de participação, é porque entendem que é possível que o aluno com deficiência participe da aula prática. Comprova-se isto com os resultados apresentados no domínio Aulas Práticas, sendo que para a maioria desses mesmos professores, todos os alunos com deficiência, independentemente do tipo, participam tanto das atividades coletivas como das atividades de execução individual. Em complemento, nota-se que houve uma coerência entre as concepções que prevaleceram em relação às aulas práticas e teóricas.

4.5 Estratégias de ensino e recursos pedagógicos

O presente domínio é constituído por dois enunciados, um que remete à concepção sobre estratégia de ensino e outro sobre recurso pedagógico, ambos descritos na Tabela 6.

Tabela 6 – Concepção sobre estratégias de ensino e recursos pedagógicos referentes à inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física.

Enunciados	Concordo					Discordo	Em branco
	Todas	DA	DF	DI	DV		
As estratégias de ensino utilizadas na aula de Educação Física devem ser as mesmas para todos os alunos, sejam eles alunos com ou sem deficiência	10	0	1	0	1	53	0
Os materiais utilizados nas aulas de Educação Física devem ser os mesmos para todos os alunos, sejam eles alunos com ou sem deficiência	16	0	1	0	0	47	1

Legenda: DA: deficiência auditiva; DF: deficiência física; DI: deficiência intelectual; DV: deficiência visual.

Fonte: elaborada pelos autores.

Especificamente em relação às estratégias de ensino prevaleceu a concepção da maioria dos professores (81,53%), que segundo eles, as

estratégias utilizadas na aula de Educação Física não devem ser as mesmas para alunos com e sem deficiência. Essa concepção vai ao encontro do que alguns autores têm descrito, isso é, que o professor necessita estabelecer estratégias de ensino adequados e/ou adaptados para que seu alunado desempenhe, adequadamente, as atividades propostas (FLORENCE, 2002; SEABRA JÚNIOR; MANZINI, 2008; SILVA; MENDES, 2008). Como já afirmou Manzini (2010), ao planejar a estratégia é necessário considerar as características e as potencialidades do aluno, além da complexidade da atividade.

Especificamente sobre os recursos pedagógicos identificou-se como concepção da maioria dos professores (72,30%) que, os materiais utilizados nas aulas de Educação Física não devem ser os mesmos para todos os alunos. Essa concepção subjaz à importância da adaptação. Adaptar é ajustar a tarefa ao nível de desempenho da pessoa (WINNICK, 2004) e pode ocorrer por meio do manejo de variáveis, como, por exemplo, dos materiais (SHERRIL, 1998; LIEBERMAN; HOUSTON – WILSON, 2002; NABEIRO, 2010).

Entende-se que o recurso pedagógico é um estímulo concreto, manipulável e que a esse estímulo seja atribuído uma ou mais finalidades pedagógicas (MANZINI, 1999; MANZINI; DELIBERATO, 2007). Conforme analisou Gonçalves (2010), para o aluno com paralisia cerebral, as variáveis a serem adaptadas são o tamanho, o peso e a textura. Seabra Júnior e Manzini (2008) ao descreverem estratégias e recursos pedagógicos para o ensino a alunos com deficiência visual, indicaram o uso de bolas, colchões, marcações de campo e traves com cores brilhantes, que contrastem com o plano de fundo; bolas eletrônicas com *beepers*, bolas com guizos ou sacos de grãos com guizos costurados dentro da bola, tornando-a capaz de emitir som durante o rolamento; bolas pintadas de laranja ou amarelo para alunos com baixa visão; bolas que sejam de esponja firme, de modo que a segurança seja garantida.

4.6 Proposta Curricular do Estado de São Paulo

Na Tabela 7 estão descritos os dois enunciados deste domínio.

Tabela 7 – Concepção sobre a Proposta Curricular do Estado de São Paulo em relação à inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física.

Enunciados	Concordo	Discordo	Não conheço	Em branco
A Proposta Curricular do Estado de São Paulo, em termos de conteúdos, possibilita a participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física	31	28	0	6
Com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, o aluno com deficiência tem condições de participar das aulas não necessariamente fazendo a prática, mas pode participar da parte teórica	29	31	0	5

Fonte: elaborada pelos autores.

Por meio dos dados da Tabela 7, é possível identificar que, não houve uma diferenciação, por parte dos professores participantes, a respeito da concepção de que a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, em termos de conteúdos, possibilita a participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física, uma vez que, não houve uma maioria de professores que optou por concordância ou discordância.

Especificamente sobre o segundo enunciado, de acordo com as respostas fornecidas pelos professores de Educação Física, praticamente metade dos professores concordou que, com a Proposta Curricular, o aluno com deficiência tem condições de participar das aulas não necessariamente fazendo a prática, mas pode participar da parte teórica. E, conseqüentemente, a outra metade dos professores discordou, ou seja, para eles, com a Proposta Curricular o aluno com deficiência não participa apenas da parte teórica.

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo foi implementada pelo Governo do Estado de São Paulo no ano de 2008 (SÃO PAULO, 2008a), para o Ensino Fundamental – ciclo II (5ª série/ 6º ano a 8ª série/ 9º ano) e no Ensino Médio. O fato é que, após alguns anos, ainda não há, para os 65 professores participantes, um consenso sobre o que eles compreendem a respeito da Proposta Curricular. De acordo com Fiorini (2011), para alguns professores de Educação Física a Proposta Curricular tolheu a liberdade, e para outros professores, a Proposta é um suporte ao desenvolvimento de seu trabalho.

Destaca-se que toda a discussão dessa concepção envolve a Proposta Curricular e a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação

Física. É justamente no processo de inclusão do aluno com deficiência que as dificuldades encontradas, ao seguir a Proposta Curricular, podem se agravar. As escolas receberam o material da Proposta Curricular sem sofrerem qualquer tipo de reestruturação pedagógica, dos ambientes físicos e de recursos pedagógicos para se adequarem às demandas da Proposta, mas pelo contrário, a Proposta Curricular implantou-se nas escolas, tais como elas se encontram. De toda a organização do material entregue aos professores, não há, no “caderno do PROFESSOR”, (SÃO PAULO, 2008b) nenhuma orientação de como seguir os conteúdos da Proposta Curricular, quando se tem um aluno com deficiência na sala. O professor não encontra, na Proposta Curricular, sugestões teórico-metodológicas, como adaptações dos recursos pedagógicos, ou, indicação de estratégias de ensino que possam ser utilizadas nas etapas de desenvolvimento de atividades, caso haja um aluno com deficiência na sala (FIORINI; DELIBERATO; MANZINI, 2013).

A Proposta Curricular pode sim auxiliar o professor de Educação Física, uma vez que uniformiza os conteúdos a serem ensinados em todas as escolas da Rede Estadual; é importante por trabalhar com grandes eixos de conteúdos, sendo eles: o jogo, o esporte, a ginástica, as lutas e a atividade rítmica (SÃO PAULO, 2008a), demonstrando aos alunos que a Educação Física não é apenas o futebol, e é interessante pelo fato de arrolar conteúdos conhecidos pelos alunos, mas também, conteúdos de outras culturas e países, ampliando a visão de mundo dos alunos. Todavia, em um momento no qual a sociedade abre-se à diversidade, em que a Educação como um todo, paulatinamente, entende e valoriza cada vez a heterogeneidade dos alunos, torna-se complicado pautar um trabalho com base em algo preestabelecido.

4 CONCLUSÕES

Conclui-se que, dentre as vinte e uma concepções abordadas no questionário, os professores concordaram com sete concepções, discordaram de oito concepções, e para seis concepções não houve diferenciação entre concordância e discordância, uma vez que foi mínima a diferença entre os professores que concordaram e os que discordaram da concepção em

questão.

Especificamente em relação ao domínio Inclusão, prevaleceram as concepções de que: 1) a aula de Educação Física é inclusiva quando o aluno com deficiência é tratado como igual aos demais, e também, participa das mesmas atividades que os alunos sem deficiência; 2) a Educação Física não é a disciplina que trabalha com mais facilidade diante da inclusão do aluno com deficiência, e 3) o aluno com deficiência visual é o mais difícil de incluir nas aulas de Educação Física.

Em relação ao domínio Formação, foi fortemente definida a concepção de que a participação em cursos ou capacitações profissionais e a própria experiência diária eram os elementos que tornam estes professores capacitados e com as aulas mais adequadas a uma turma em que há um aluno com deficiência. Com relação à disciplina Educação Física Adaptada, não houve uma diferenciação nos resultados.

No domínio Aulas Práticas, os professores de Educação Física conceberam que: 1) todos os alunos com deficiência, independentemente do tipo, participam tanto das atividades coletivas como das atividades de execução individual; 2) a participação do aluno com deficiência não varia de acordo com o gênero, ou seja, os meninos não são mais participativos do que as meninas, independentemente do tipo de deficiência; 3) a participação do aluno com deficiência, nas aulas práticas, não acontece apenas em atividades alternativas; 4) a participação do aluno com deficiência nas aulas práticas não ocorre apenas na presença de um grupo de colegas com que o aluno com deficiência se identifica, e 5) nas aulas práticas, o aluno com deficiência não se isola, e não se auto exclui da participação.

As concepções identificadas em relação ao domínio Aulas Teóricas foram que: 1) a participação do aluno com deficiência, nas aulas teóricas, ocorre sempre com o auxílio de um colega que o acompanha durante as atividades, com destaque para a deficiência visual, e 2) nas aulas de Educação Física, a aula teórica não é a única forma de participação, do aluno com deficiência, em aula.

No que tange ao domínio Estratégias de Ensino e Recursos Pedagógicos, por professores de Educação Física, identificou-se que: 1) as

estratégias de ensino utilizadas na aula de Educação Física não devem ser as mesmas para alunos com e sem deficiência e 2) os materiais utilizados nas aulas de Educação Física não devem ser os mesmos para todos os alunos.

Com relação ao domínio Proposta Curricular do Estado de São Paulo conclui-se que não houve uma diferenciação na concepção dos professores de Educação Física.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. **Educação Física Escolar e a inclusão de aluno com deficiência**. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

ARDictionary. 2010. Disponível em: <<http://ardictionary.com/Conception/9626>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

ARTIOLI, L. **A integração do aluno deficiente na classe comum: a visão do professor**. 1999. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial/MEC. Brasília, DF, 2008.

BRITO, R.F.A.; LIMA, J.F. Desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. **Corpo, movimento e saúde**, Salvador, v.2, n.1, p.1-12, 2012.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física e ao esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

CRUZ, G. C. **Formação continuada de professores de Educação Física em ambiente escolar inclusivo**. Londrina: Eduel, 2008.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003.

FALKENBACH, A.P.; LOPES, E.R. Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.13, n.3, p. 118, 2010.

FIORINI, M. L. S. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

FIORINI, M.L.S.; DELIBERATO, D.; MANZINI, E.J. Estratégias de ensino para alunos deficientes visuais: a Proposta Curricular do Estado de São Paulo. **Motriz**, Rio Claro, v.19, n.1, p.62-73, 2013.

FIORINI, M.L.S.; MANZINI, E.J. Elaboração de questionário para aferir concepções sobre inclusão de aluno com deficiência em aulas de educação física. **Revista da Sobama**, Marília, v.15, n.1, p. 21-30, 2014.

FIORINI, M. L. S., NABEIRO, M. Um estudo sobre a intervenção com o professor de Educação Física para inclusão educacional do aluno com deficiência visual. **Revista da Sobama**, Marília, v.14, n.2, p-21-26, 2013.

FLORENCE, R. B. P. **A Educação Física na rede pública do município de São João da Boa Vista-SP e o portador de necessidades especiais**: do direito ao alcance. 2002. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GORGATTI, M. G.; DE ROSE JÚNIOR, D. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 119-140, 2009.

GONÇALVES, A.G. **Desempenho motor de alunos com paralisia cerebral frente à adaptação de recursos pedagógicos**. 2010. 166f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

LAMASTER, K. et al. Inclusion practices of effective elementary specialists. **Adapted Physical Activity Quarterly**, Champaign, v. 15, p. 64 - 81, 1998.

LIEBERMAN, L. J.; HOUSTON – WILSON, C. **Strategies for inclusion**: a

handbook for physical educators. Champaign: Human Kinetics, 2002.

MANZINI, E. J. Recursos pedagógicos para o ensino de alunos com paralisia cerebral. **Revista Mensagem da Apae**, v. 36, n. 84, p.17-21, 1999.

_____. Recurso pedagógico adaptado e estratégias para o ensino de alunos com deficiência física In: MANZINI, E. J.; FUJISAWA, D. S. **Jogos e recursos para comunicação e ensino na educação especial**. Marília: ABPEE, 2010. p. 117-138.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas: equipamento e material pedagógico para educação – recursos adaptados II**. Brasília, DF: ABPEE/MEC/SEESP, 2007.

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 1, p. 35 – 52, 2008.

MORAES, A. C. F. **Contribuições da disciplina de educação física para a educação inclusiva de alunos com deficiência**: o ponto de vista dos professores. 2004. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

MORLEY, D. et al. Inclusive physical education: teachers' views of including pupils with special educational needs and/or disabilities in physical education. **European Physical Education Review**, v. 11, n 1, 2005.

NABEIRO, M. O Colega Tutor nas aulas de educação física inclusiva. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Das margens ao centro**: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p.401-406.

NEVES, C. P. **A inclusão de pessoas com deficiência segundo professores de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia**. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

OLIVEIRA, M. F. L. **Sentidos constituídos por professores de educação física frente ao processo de inclusão de alunos com deficiência**: um estudo em psicologia da educação. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em



Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

PONTE, J. P. Concepções dos professores de matemática e processos de formação. In: **Educação Matemática**: temas de investigação. Lisboa: IIE, p. 185-239, 1992. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/97-SIEMVII.rtf>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

RODRIGUES, D. As dimensões de adaptação de atividades motoras. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Atividade motora adaptada**: alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

ROSA, L.F. **Professor de Educação Física e alunos com deficiência mental no sistema regular de ensino da grande Florianópolis**. 2009. 12f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANCHES JÚNIOR, M. L. **Uma leitura da questão da deficiência e da inclusão no ensino municipal de Hortolândia**: olhares e ações da docência de educação física e seus pares. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SEABRA JUNIOR, M. O.; MANZINI, E. J. **Recursos e estratégias para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada**. Marília: ABPEE, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Estado da Educação (SEE). **Proposta Curricular do Estado de São Paulo**: Educação Física. São Paulo: SEE, 2008 a.

_____. Secretaria do Estado da Educação (SEE). **Caderno do professor**: educação física, ensino fundamental - 8ª série, 3º bimestre. São Paulo: SEE, 2008 b.

SHERRIL, C. **Adapted physical activity, recreation and sport**: cross disciplinary and lifespan. Madison: WCB Mc Graw-Hill, 1998.

SILVA, A.M.; MENDES, E.G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.14, n.2, p.217-234, 2008.

SOUZA, G. K. P. S.; BOATO, E. M. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Revista Educação Física em Questão**, Taguatinga, v. 3, n. 2, p. 1 – 15, 2009.

SOUZA, J. V. **Tutoria**: estratégias de ensino para inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. 2008. 136f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

VARGAS, R. V. Os desafios de incluir sem excluir. **Revista O PROFESSOR**, Santo André, ed. 13, 2010. Disponível em: <
<http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=232>>. Acesso em: 27 set. 2015.

WINNICK, J. P. Organização e Gerenciamento de Programas. In: WINNICK, J. P. (Org.). **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004. p.21-36.

